

ANO INTERNACIONAL DOS DESERTOS E  
DESERTIFICAÇÃO

*UMA POLÍTICA AGRÍCOLA NOS AÇORES PARA O SOLO E PARA A*  
*DESERTIFICAÇÃO HUMANA*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exmo. Sr. Presidente do Governo

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

O ano de 2006 foi escolhido pela Nações Unidas, como o “Ano Internacional dos Desertos e Desertificação”. Uma proclamação que pretende sensibilizar e manifestar um conjunto de preocupações aos vários Poderes Políticos e aos Cidadãos para a questão do solo, designadamente nas suas diversas utilizações desproporcionais e intensivas e para a dramática questão do despovoamento humano de muitos territórios.

Esta tem sido uma temática que, um pouco por todo o mundo, é assinalada ao nível dos Parlamentos, Governos, instituições de ensino e comunidade civil. Inclusive, a própria Assembleia da República não deixou passar em branco este alerta das Nações Unidas, pelo que a 7 de Junho do corrente ano teve lugar no Edifício da Assembleia um seminário onde foi promovido o debate e a reflexão sobre este assunto.

Identicamente, a Comissão Europeia apresentou uma linha de acção intitulada “Estratégia Temática para a Protecção dos Solos”, com a finalidade de desenvolver políticas e legislação que defendam o solo da degradação e que promovam o seu uso sustentável.



Grupo Parlamentar

Este é efectivamente um tema importante demais para poder passar ao lado desta Assembleia.

Como ponto de partida é indispensável perceber-se que o solo é um elemento vivo, assumindo-se como um sustentáculo básico de outros elementos essenciais à vida humana e à qualidade desta mesma vida, como a água, a vegetação, a biomassa, a paisagem, a biodiversidade e as energias alternativas. Quebra-se aqui a consciência de que o solo está confinado somente às actividades produtivas do sector primário, pelo contrário, apresenta um uso muito diversificado e uma responsabilidade alargada, sendo exemplo disso a sua mais recente missão, que está direccionada a fins não alimentares. É, acima de tudo, um recurso multifuncional.

Como qualquer outro elemento vivo do planeta, torna-se fundamental compreender, à priori, como o solo nos afecta e como o afectamos. Neste conhecimento interessa saber que o solo por via humana é passível de sofrer modificações na sua constituição que podem projectar repercussões negativas na saúde pública, nos ecossistemas, nas alterações climáticas, no ordenamento do território e, de um modo geral, em todas as actividades económicas, uma vez que directa ou indirectamente todas estão ligadas ao solo.

Neste momento, a desertificação do solo atinge, em todo o mundo, cerca de 3,6 milhões de hectares sendo este facto tendente para o crescimento.

Habitualmente, falamos de desertos na sua forma mais física, inexistência de água e de camada vegetal, erosão do solo ou deslizamento de terras, mas



Grupo Parlamentar

também podemos falar em outras formas de desertificação diferentes da tradicional e não menos preocupantes, designadamente, a “desertificação invisível”, isto é, quando o solo já não produz como se pretende ou rejeita muitas culturas, quando está contaminado por químicos ou ainda quando a biodiversidade se transforma em mono cultura ou simplesmente vai desaparecendo.

É sob esta forma, e não tanto pela ausência de vegetação, que nos Açores esta inquietude também adquire luz, ou seja, quando estes fenómenos se produzem, estão em risco de se produzir, ou simplesmente, se protege contra estes riscos.

À Agricultura é atribuído o papel principal no que se refere ao equilíbrio ambiental, à capacidade produtiva dos solos, aos recursos hídricos, à paisagem, à floresta, entre outros aspectos, o que predispõe modos de agriculturar que permitam a garantia da viabilidade destes elementos para um tempo futuro.

Durante anos o solo, e na sua vertente agrícola, foi respeitado, pois as praticas agrícolas estavam adaptadas a uma racionalidade natural e à boa gestão. O solo agradecia a intervenção do homem.

Mas, também é verdade que o solo passou rapidamente a ser olhado como um meio unicamente económico desde o aparecimento dos químicos e da mecanização na Agricultura, o que implicou a intensificação da exploração das culturas, aliás, muito apoiada pela União Europeia.



Grupo Parlamentar

O eventual restabelecimento do equilíbrio natural terá de surgir de um misto de acções, desde logo, integras e integradas, nas quais se incluem: a aplicação racional dos químicos, como pesticidas e adubos, a correcção de praticas e procedimentos agrícolas e a necessária protecção sobre áreas ricas em biodiversidade endémica. Estes tornam-se, e cada vez mais, os meios de evitar a improdutividade dos solos e a manutenção da preservação de espécies endémicas.

Os Agricultores são os primeiros a entenderem que uma boa gestão para o solo é sinónimo de rendimento, dado que também são os primeiros a entender os efeitos negativos desta má gestão.

Mas, os Agricultores não podem ficar entregues a si, muito mais sendo uma preocupação comum a toda a sociedade. Precisam de ajuda, ou melhor, acompanhamento, divulgação, informação e formação. Para isso é preciso conhecer-se com maior exactidão o nosso solo, é preciso implementar-se a investigação científica e o saber técnico, é preciso estabelecer-se interligações consultivas desde o segmento produtivo até ao académico, é preciso criar-se um sistema básico de pedagogia e aconselhamento de planeamento do solo e das pastagens e, principalmente, é preciso uma maior atenção política para este assunto. Em suma é preciso definir-se uma Política Regional para o uso do solo enquanto meio produtivo baseada no princípio do desenvolvimento sustentável.



Grupo Parlamentar

Uma política orientadora, de organização, de articulação e de suporte às actividades que utilizam o solo, nomeadamente de âmbito agrícola, pecuário, florestal, cinegético e qualquer outra vinculada a este meio. Uma política que embora seja singular da produtividade e do protecçãoismo agrícola é consonante com Planos ou Acções mais globais como o PROTA ou os Planos Directores Municipais.

Evidentemente, que existem algumas acções implementadas pelo Governo para o uso solo, o apoio aos adubos de degradação lenta ou o apoio à carta de fertilidade e um outro curso de formação para técnicos, o complemento nas Medidas Agro-Ambientais, porém, resumem-se a acções tímidas, ocasionais e desconexas. Esta é a ideia dominante, a ideia emergente centra-se na definição de uma política base para o solo, participada pela fileira produtiva, em concertação com os vários actores do desenvolvimento do conhecimento e com consequência prática.

Uma política que possibilite por exemplo a indicação, a avaliação e a monitorização sistemática de parâmetros do solo, que elabore e coordene um mapa de riscos para os solo, que estude e quantifique o estado de evolução do solo, que permita testar modelos produtivos, que envolva a sociedade organizada para este fim e que proporcione um uso racional e simultaneamente económico do solo.



Grupo Parlamentar

A nosso ver tudo isto se justifica porque o que existe só serve para limitar e delimitar, na mesma medida, não proporciona a valorização do solo enquanto espaço produtivo, pelo que estamos perante uma política incompleta.

A política que propomos não é um leque de restrições à Agricultura, pelo contrário, abre caminho para o solo ser durável e viável no tempo, com melhorias do rendimento do Agricultor, impedindo a redução das possibilidades de exploração agrícola para as gerações vindouras.

Paralelamente somos da opinião que devem surgir actuações onde a educação e a sensibilização pública para o solo deve ser assumida como uma prioridade na Região. Atenda-se, que estamos a falar do recurso natural mais importante dos Açores e, sobretudo, estamos a falar de um recurso natural não renovável à escala de tempo de vida humana. Este é um tema de cidadania que frequentemente é esquecido.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exmo. Sr. Presidente do Governo

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

O outro lado da desertificação que as Nações Unidas focam igualmente como problemático prende-se com o crescente vazio humano de muitos territórios do Planeta.



Grupo Parlamentar

Os Açores, infelizmente, também fazem parte deste universo, já que o despovoamento humano é uma realidade que está a ocorrer nos Açores.

Com efeito, as populações estão envelhecidas e as novas gerações deslocam-se em direcção aos empregos, aonde existem novas comodidades sociais, aonde existe segurança na saúde e na educação e, portanto, na direcção contrária ao seu local de origem.

Os filhos da terra tentam regressar mas não encontram saída profissional o que representa, sem dúvida, uma perda de activos qualificados essenciais à criatividade e à imaginação que estes territórios demandam.

São Ilhas que ficaram prisioneiras de políticas que não conseguiram fixar as novas gerações nem conseguiram criar “negócios”. Uma política onde os Açorianos estão demograficamente mais concentrados, mas os territórios geográficos mais devolutos.

Todavia, são Ilhas com recursos subutilizados que espreitam por uma oportunidade com os seus atributos e qualidades singulares.

O problema do abandono humano encontra solução através de uma nova abordagem humana/territorial, o que significa estabelecer uma dinâmica de desenvolvimento pela associação da geografia e da cultura com o talento humano, evitando-se a terciarização das economias agrícolas e a existência de políticas demasiadamente formatadas.



Grupo Parlamentar

É tempo de falar-se em Agricultura com função humanizante, é tempo de falar-se em cooperação e sucessão intergeracional e é tempo de falar-se no estatuto de cidadania da actividade agrícola nestes espaços geográficos. Em suma, é preciso estabelecer-se um conceito de produtividade agro-rural nestes territórios que suporte o progresso de outras actividades.

Para isso, tem de ser a articulação local, pela reunião das sinergias humanas e territoriais próprias. Por outras palavras é preciso dar às populações locais a possibilidade de participarem activamente na construção do seu próprio desenvolvimento estabelecendo elas mesmas factores de atractividade que permitam a fixação das suas gerações. Uma política, se quiserem, de “baixo para cima” e de “dentro para fora”.

Disse

António Ventura